

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS (MPE/TO)

**Concurso Público
Nível Superior**

Caderno: SG

Aplicação: 8/8/2006

CARGO 7:

**ANALISTA MINISTERIAL ESPECIALIZADO
ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS JURÍDICAS**

MANHÃ

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente se o tipo de caderno — Caderno SG — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120, seguidos da prova discursiva e de espaço para rascunho.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 O espaço para rascunho da prova discursiva é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 5 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 6 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 7 Nas provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 8 Na prova discursiva, não será avaliado texto escrito a lápis, texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
- 9 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- 10 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início das provas e poderá levar o seu caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 11 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 12 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (DATAS PROVÁVEIS)

- I 8/8/2006, após as 19 h (horário de Brasília) — Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/impetoadm2006.
- II 9 e 10/8/2006 — Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/impetoadm2006, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III 13/9/2006 — Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial do Estado do Tocantins e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/impetoadm2006.
- IV 14 e 15/9/2006 — Recursos (prova discursiva): em locais e horários que serão informados na divulgação do resultado provisório.
- V 11/10/2006 — Resultados finais da prova discursiva e do concurso: locais mencionados no item III.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 10 do Edital n.º 1/2006 — MPE/TO — ADMINISTRATIVO, de 16/5/2006.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/impetoadm2006.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

O mercado da privacidade

1 Entre outros absurdos da vida norte-americana, importamos a delação premiada, que ameniza a pena, em troca do pecado. Ao incentivar a delação, estimulam-se
4 falsos testemunhos contra pessoas inocentes e se acatam denúncias caluniosas a serviço da inveja e da vingança. Alega-se o presumido benefício maior, na proteção da
7 sociedade contra o crime, mas o efeito real é o de transformar os delatores em trapos — se ainda não os são — e, em muitos casos, causar a morte moral de pessoas
10 honradas.

Sendo, como é, uma aventura da matéria, a vida dos homens só se justifica como o pleno exercício de ser.
13 Liberdade é o direito natural que temos de fazer tudo o que desejarmos, desde que, nesse livre-arbítrio, não causemos danos aos outros. Na síntese política de um mestiço, o
16 mexicano Benito Juarez, o direito alheio é a paz.

A liberdade reclama também aquilo a que hoje chamamos privacidade. Todos nós temos direito a espaços
19 invioláveis aos olhos e aos ouvidos alheios. Seja pelo pudor, por timidez, pelo prazer ou pela conveniência, a nossa vida pessoal deve ser resguardada. Ela é a extensão social de
22 nosso corpo, de nossa alma, com sua única transcendental realidade. Ao incentivar a delação e ao fazer dos registros oficiais um bem de mercado, o Estado deixa de ser o
25 guardião da liberdade.

Mauro Santayana. *Jornal do Brasil*, 11/6/2006 (com adaptações).

Com referência ao texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1 A idéia defendida nesse texto é a de que o Estado, ao estimular a delação premiada, transforma a privacidade em bem de mercado e deixa de ser guardião da liberdade.
- 2 Depreende-se do texto que a delação premiada, cujo fundamento advém do direito dos Estados Unidos, contempla o exercício do livre-arbítrio — direito natural de se fazer tudo que se deseja —, mas fere direito alheio.
- 3 A oração “que ameniza a pena, em troca do pecado” (l.2-3) poderia, com igual correção, estar expressa com a seguinte estrutura: onde, em troca do pecado, ameniza-se a pena.
- 4 Por comporem oração com sujeito indeterminado, as formas verbais “estimulam-se” (l.3) e “se acatam” (l.4) poderiam estar, conforme faculta a norma gramatical, flexionadas no singular, tal como ocorre com “Alega-se” (l.6).
- 5 Na linha 8, a oração entre travessões poderia, com correção gramatical e de forma mais enfática, assim ser expressa: se caso ainda não os sejam.
- 6 Mantém o sentido original do texto a seguinte reescrita do período “Sendo, como é, (...) exercício de ser” (l.11-12): Somente se a vida dos homens for uma aventura da matéria é que ela poderia justificar o pleno exercício de ser.
- 7 O trecho “não causemos danos aos outros” (l.14-15) poderia ser corretamente substituído por: não provoquemos prejuízo às outras pessoas.

Privatização da liberdade

1 Zygmunt Bauman põe o dedo na ferida ao denunciar o limite da liberdade na modernidade capitalista: pode-se
4 tudo (embora a maioria não possa quase nada), exceto imaginar um mundo melhor que este em que vivemos. Quando muito, fica-se no conserto da casa, a reforma do
7 telhado, a pintura das paredes, sem que se questionem a própria arquitetura da casa e, muito menos, o modo de
convivência dos que a habitam.

Os mais progressistas até admitem que, na reforma,
10 o quarto de empregada seja deslocado do exterior para o interior da casa. Até aqui o limite da lógica capitalista. Além disso, suprime-se a liberdade de quem ousa propor que não
13 haja quarto de empregada nem empregada.

Segundo Pierre Bourdieu, uns olham a sociedade com olhos cínicos e outros, com olhos clínicos. Os primeiros
16 julgam inquestionável o atual modelo de sociedade fundado na apropriação privada da riqueza e dele procuram tirar proveito, considerando justo o que reforça seus privilégios e
19 injusto o que os ameaça. Os “clínicos” enxergam um palmo abaixo do chão em que pisamos e reconhecem as intrincadas relações sociais que produzem, à superfície, tamanha
22 desigualdade entre os 6,5 bilhões de habitantes desta nave espacial chamada Terra.

Frei Betto. *In: Caros Amigos*, abril/2006, p. 8 (com adaptações).

Com relação à compreensão e interpretação do texto acima, bem como a aspectos morfosintáticos, julgue os seguintes itens.

- 8 A expressão “põe o dedo na ferida” (l.1) tem sentido conotativo (figurado).
- 9 O trecho “sem que se questionem” (l.6) é equivalente tanto a **não se questionando** quanto a **não sendo questionado**.
- 10 Pelos sentidos construídos no texto, questionar “o modo de convivência” (l.7-8) dos que habitam uma casa corresponde a questionar o modelo atual de sociedade fundado na apropriação privada da riqueza.
- 11 De acordo com o texto, a apropriação privada da riqueza resulta na privatização da liberdade, o que significa liberdade limitada concedida aos cidadãos.
- 12 O segundo parágrafo, de forma figurada, trata de inclusão social em uma visão reformista e progressista do Estado.
- 13 Atenderia à norma gramatical a substituição da forma verbal “haja” (l.13) pela forma **existam**.
- 14 No trecho “considerando justo o que reforça seus privilégios” (l.18), o segmento sublinhado corresponde a **o modelo que**.
- 15 De acordo com o trecho final do texto, as emaranhadas relações sociais são responsáveis pela imensa desigualdade entre os habitantes do planeta.

O *juridiquês* e outras falas

1 Tem razão o prof. Tércio Sampaio Ferraz, da
Faculdade de Direito da USP, quando distingue entre o
alambicado e o técnico. Se associações de juizes vêm
4 criticando, com bons fundamentos, os abusos do *juridiquês*
— linguagem rebuscada utilizada por muitos advogados e
membros do Judiciário —, é necessário preservar termos
7 técnicos não só do Direito, mas de outras áreas do
conhecimento que fazem todo o sentido na comunicação
entre especialistas. Linguagem rebuscada não é privilégio
10 dos bacharéis, mas estes esmeram-se na exibição de floreios,
enquanto outros profissionais optam mais pela linguagem
técnica. Mas a linguagem técnica tem limites quando
13 utilizada na comunicação com os leigos.

De onde viria a concentração do rebuscamento no
mundo dos bacharéis? Alberto Venâncio Filho, autor do livro
16 **Das arcadas aos bacharéis: 150 anos de ensino jurídico
no Brasil**, faz alusão à influência da Universidade de
Coimbra, transmitida de geração a geração, assim como à
19 fala prolixa de Rui Barbosa. Com todo o respeito a esse
ícone do universo jurídico, lembro-me de um exemplo que
corroborava a referência feita pelo acadêmico Venâncio. Em
22 certa ocasião, deparei-me com um advogado lendo um
alentado volume de Rui, sobre as virtudes e males de
diferentes regimes políticos. Como eu lhe perguntasse se
25 tinha interesse especial no assunto, respondeu-me que nem
tanto: lia qualquer coisa escrita pelo mestre, para aprimorar
o estilo.

28 Em matéria publicada na **Folha de S.Paulo** em
2005, o presidente do STJ, Edson Vidigal, afirma com muita
propriedade que o *juridiquês* “é como latim em missa:
31 acoberta um mistério que amplia a distância entre a fé e o
fiel; do mesmo modo [isso ocorre] entre o cidadão e a lei”.
Que outro propósito, consciente ou inconsciente, teriam
34 as ilegíveis receitas de alguns médicos que o cidadão,
convertido em analfabeto, entrega à decifração dos
atendentes de farmácias?

Boris Fausto. *Memória e história*. São Paulo: Graal, 2005. p. 119-21 (com adaptações).

Com relação à compreensão e à interpretação do texto acima bem
como a aspectos morfossintáticos, julgue os próximos itens.

- 16 O autor do texto julga que a linguagem utilizada pelos
bacharéis de direito deve-se mais à influência do estilo de
escrita de Rui Barbosa na linguagem forense do que à
remanescente influência da Universidade de Coimbra na
formação desses profissionais.
- 17 O exemplo apresentado no segundo parágrafo do texto é
insuficiente para inferir-se que os juristas não se interessam
por conhecimentos da ciência política.
- 18 Sem prejuízo para o sentido e para a correção gramatical do
texto, a oração “que fazem todo o sentido na comunicação
entre especialistas” (l.8-9) poderia ocupar, desde que
precedida de vírgula, a posição após a expressão “termos
técnicos” (l.6-7).
- 19 O segmento “optam mais pela linguagem técnica” (l.11-12)
poderia ser corretamente substituído por: preferem mais a
linguagem técnica.

20 São distintos os sentidos dos segmentos “entrega à
decifração dos atendentes de farmácias” (l.35-36) e **entrega
a decifração aos atendentes de farmácias**.

21 Com base na comparação apresentada no último parágrafo
do texto, é correto concluir que o “*juridiquês*” prejudica o
exercício pleno da cidadania.

1 Em matéria na **Folha de S.Paulo**, o ministro do
STF Carlos Veloso fala dos erros mais freqüentes de
advogados quando se manifestam em latim, sem nada
conhecerem do vetusto idioma. Lembro-me, a respeito, de
4 duas histórias. Uma, verdadeira, de um advogado que, ao ser
informado pelo juiz de que uma audiência fora adiada sem
7 previsão de nova data, pede uma confirmação, expressando-
se em “anglo-latim”: “Meritíssimo, então a audiência foi
adiada *saine dai* (*sine die*)? A segunda história, quem sabe
10 verdadeira, fala de um juiz que, ao despachar uma petição,
pergunta ao advogado se está no prazo de três dias, fixado
para determinados atos processuais. À pergunta “o senhor
13 está no tríduo?”, segue-se a educada resposta: “Obrigado,
meritíssimo, já almocei (estou nutrido), mas aceito um
cafezinho.”

16 Por outro lado, a fala popular, expressa no âmbito
forense, tem particular interesse, tanto do ponto de vista
sociológico quanto lingüístico. A inventiva de expressões
aparentemente incorretas, mas que fazem sentido —
19 “o ladrão se escondeu num terreno vadio” ou “quem não
deve não treme” — é um objeto atraente. Também as
narrativas que envolvem atitudes perante “os que mandam”
22 são um campo fértil. Em condições restritas, em regra,
intimidatórias, os réus têm a possibilidade de se manifestar
25 ao serem interrogados. Muitas vezes, fogem ao discurso
ensaiado com os advogados, para argüirem legítima defesa
ou circunstâncias atenuantes, preferindo “contar os fatos
28 como eles se passaram”, mesmo com o risco de sofrerem
uma condenação.

Por aí se vê que o mundo jurídico, tão formal,
31 inclui, ao mesmo tempo, vozes incontroláveis.

Idem, ibidem.

Com base nesse texto, julgue os próximos itens.

- 22 Segundo o autor do texto, as frases da fala popular por ele
mencionadas, mesmo não correspondendo às de uso mais
corrente, são coerentes.
- 23 A expressão “vetusto idioma” (l.4) tem o mesmo significado
de **rebuscada língua**.
- 24 No trecho “ao ser informado pelo juiz de que uma audiência
fora adiada” (l.5-6), a supressão da preposição “de”
acarretaria erro gramatical.
- 25 Caso um chefe de departamento do serviço público
resolvesse recomendar aos funcionários o emprego da
linguagem simples, sem floreios, o expediente de
comunicação oficial mais adequado e ágil para tal seria o
parecer técnico acompanhado da exposição de motivos.

Texto para os itens de 26 a 34

Somos eternos severinos

O nordestino morre mais cedo, passa menos tempo na escola e recebe um salário menor que o da média nacional. Apesar de todas as estratégias e modelos tentados, a região, 50 anos depois de **Morte e Vida Severina**, ainda apresenta indicadores inferiores aos nacionais. Isso não significa um quadro de estagnação. A média de crescimento tem se mantido acima do restante do Brasil, mas há um enorme fosso a ser ultrapassado. “Não houve queda sensível na disparidade de renda”, afirma Alexandre Rands Barros, da Datamétrica, empresa de consultoria sediada no Recife.

Correio Braziliense, Caderno Pensar, 24/6/ 2006, p. 3 (com adaptações).

Tomando o texto acima como referência inicial, julgue os itens que se seguem, referentes às disparidades regionais brasileiras.

- 26 Apesar de o crescimento econômico relativo ser superior à média nacional, a região nordestina brasileira não alcança um padrão de desenvolvimento com distribuição de renda.
- 27 A distribuição da riqueza no Nordeste brasileiro, equilibrada nos tempos coloniais, sofreu modificações apenas nas últimas décadas.
- 28 **Morte e Vida Severina**, auto de natal escrito por João Cabral de Melo Neto há cerca de cinco décadas, expressa a dura saga do retirante nordestino.
- 29 O retirante do sertão nordestino, ao migrar para as capitais da região, encontra condições sociais favoráveis, nos dias atuais, para seu pleno desenvolvimento.
- 30 O fenômeno migratório, em todo o mundo, deve-se mais à deterioração da qualidade de vida das populações em seus *habitat* naturais do que às reais possibilidades de melhorar a vida na nova região que abriga o migrante.

Ainda a partir do texto, e a propósito da relevância da obra **Morte e Vida Severina** para a literatura nacional, julgue os itens seguintes.

- 31 **Morte e Vida Severina** ainda é um texto forte em parte porque o que nele se denuncia permanece sendo real, apesar do esforço de superação da miséria tanto no Nordeste quanto em várias partes do território nacional.
- 32 A vontade da denúncia e o realismo das agruras do retirante eliminam a beleza estética e o valor literário de **Morte e Vida Severina** em favor do engajamento político-social.
- 33 A transposição dessa obra para o teatro, o cinema e a televisão permitiu ampliar o debate em torno do subdesenvolvimento nacional e da condição humana das populações miseráveis do Brasil.
- 34 O tema da miséria, tratado literariamente na obra, é exclusivo da realidade social do Brasil e do seu entorno geográfico.

O final de 2005 e os primeiros meses de 2006 foram marcados, na América Latina, por relevantes processos eleitorais que levaram ao poder, em alguns países, presidentes com idéias políticas um pouco diferenciadas em relação ao ideário político que predominou na região na década passada. A propósito dessas eleições e seus impactos, julgue os itens subseqüentes.

- 35 A eleição do boliviano Evo Morales se deu com a manutenção das políticas econômicas do consenso de Washington.
- 36 No México, a eleição de Felipe Calderón por ampla maioria de votos, sem contestação e sem desafio de nenhum outro candidato, demonstrou a força do nacionalismo antiamericano no seio da sociedade mexicana.
- 37 No Chile, a chegada de Michelle Bachelet ao poder demonstra que houve, no Cone Sul, uma opção política de ruptura completa com o liberalismo econômico.
- 38 A eleição de Alan Garcia, no Peru, significou, em alguma medida, a contenção da influência que o presidente Chávez, da Venezuela, tentou impor aos peruanos.
- 39 A diplomacia brasileira, ante a delicadeza das eleições em vários países da região, vem mantendo certa distância e evitando interferência nesses processos eleitorais.

As rebeliões em presídios paulistas, conduzidas recentemente por grupos criminosos organizados, despertaram a sociedade brasileira, que ficou atônita ante as limitações do sistema de proteção e segurança dos seus cidadãos. A propósito desses aspectos, julgue os próximos itens.

- 40 A vida nas grandes cidades, inspiradoras de sonhos dos que deixaram o campo nas últimas décadas de urbanização desenfreada no Brasil, deteriora-se de forma crescente no que concerne à segurança das pessoas.
- 41 A segurança cidadã, embora um item cada vez mais presente nas agendas políticas de candidatos aos Poderes Legislativo e Executivo, não mereceu ainda um tratamento profissional e eficaz no combate à violência urbana no Brasil.
- 42 Acompanhando a experiência internacional, a ótica da força pela força e da via única da violência de Estado deve ser a única política pública brasileira de combate aos referidos grupos.
- 43 Mesmo com uma boa base de pessoal envolvido e até mesmo com uma remuneração adequada para as hierarquias mais elevadas das corporações, a segurança pública no Brasil não vem conseguindo realizar sua tarefa fundamental de proteção do cidadão de bem.

Texto I – para os itens de 44 a 55

Uma proposição é uma afirmativa que pode ser avaliada como verdadeira (V) ou falsa (F), mas não ambos. É usual denotar uma proposição com letras maiúsculas: A, B, C. Simbolicamente, $A \wedge B$, $A \vee B$ e $\neg A$ representam proposições compostas cujas leituras são: A e B, A ou B e não A. A proposição $A \rightarrow B$ tem várias formas de leitura: A implica B, se A então B, A somente se B, A é condição suficiente para B, B é condição necessária para A etc. Desde que as proposições A e B possam ser avaliadas como V ou F, então a proposição $A \wedge B$ é V se A e B forem ambas V, caso contrário, é F; a proposição $A \vee B$ é F quando A e B são ambas F, caso contrário, é V; a proposição $A \rightarrow B$ é F quando A é V e B é F, caso contrário, é V; e, finalmente, a proposição $\neg A$ é V quando A é F, e é F quando A é V.

Uma argumentação é uma seqüência finita de k proposições (que podem estar enumeradas) em que as $(k - 1)$ primeiras proposições ou são premissas (hipóteses) ou são colocadas na argumentação por alguma regra de dedução. A k -ésima proposição é a conclusão da argumentação.

Sendo P, Q e R proposições, considere como regras de dedução as seguintes: se P e $P \rightarrow Q$ estão presentes em uma argumentação, então Q pode ser colocada na argumentação; se $P \rightarrow Q$ e $Q \rightarrow R$ estão presentes em uma argumentação, então $P \rightarrow R$ pode ser colocada na argumentação; se $P \wedge Q$ está presente em uma argumentação, então tanto P quanto Q podem ser colocadas na argumentação.

Duas proposições são equivalentes quando tiverem as mesmas avaliações V ou F. Portanto, sempre podem ser colocadas em uma argumentação como uma forma de “reescrever” alguma proposição já presente na argumentação. São equivalentes, por exemplo, as proposições $A \rightarrow B$, $\neg B \rightarrow \neg A$ e $\neg A \vee B$. Uma argumentação é válida sempre que, a partir das premissas que são avaliadas como V, obtém-se (pelo uso das regras de dedução ou por equivalência) uma conclusão que é também avaliada como V.

Com base nas informações do texto I, julgue os itens que se seguem.

- 44 É correto afirmar que, simbolizada adequadamente, a argumentação abaixo é válida.
1. Se um casal é feliz, então os parceiros têm objetivos comuns.
 2. Se os parceiros têm objetivos comuns, então trabalham no mesmo Ministério Público.
 3. Há rompimento se o casal é infeliz.
 4. Há rompimento se os parceiros não trabalham no mesmo Ministério Público.
- 45 A seqüência de proposições abaixo não é uma argumentação válida.
1. Se Filomena levou a escultura ou Silva mentiu, então um crime foi cometido.
 2. Silva não estava em casa.
 3. Se um crime foi cometido, então Silva estava em casa.
 4. Filomena não levou a escultura.

46 A proposição P: “Ser honesto é condição necessária para um cidadão ser admitido no serviço público” é corretamente simbolizada na forma $A \rightarrow B$, em que A representa “ser honesto” e B representa “para um cidadão ser admitido no serviço público”.

47 Não é possível avaliar como V a proposição $(A \rightarrow B) \wedge A \wedge (C \vee \neg A \vee \neg C)$.

48 Considere o seguinte texto: “Se há mais pares de sapatos do que caixas para acomodá-los, então dois pares de sapatos são colocados em uma mesma caixa. Dois pares de sapatos são colocados em uma mesma caixa. Conclui-se então que há mais pares de sapatos do que caixas para acomodá-los”. Nesse caso, o texto expressa uma argumentação que não é válida.

49 Considere que em uma argumentação uma premissa seja “Se um número x é divisível por 6 então x é divisível por 3”. Se a conclusão da argumentação for “Se um número x é divisível por 6, então a soma de seus algarismos é divisível por 3”, é correto afirmar que a proposição “Se x é divisível por 3, então a soma de seus algarismos é divisível por 3” tem de ser outra premissa dessa argumentação.

50 Considere uma argumentação em que as duas proposições simbólicas abaixo são premissas, isto é, têm avaliação V.

1. $(A \wedge \neg B) \rightarrow C$

2. $\neg C$

Neste caso, se a conclusão for a proposição $(\neg A \vee B)$, tem-se uma argumentação válida.

Texto II – para os itens de 51 a 55

Proposições também são definidas por predicados que dependem de variáveis e, nesse caso, avaliar uma proposição como V ou F vai depender do conjunto onde essas variáveis assumem valores. Por exemplo, a proposição “Todos os advogados são homens”, que pode ser simbolizada por $(\forall x)(A(x) \rightarrow H(x))$, em que $A(x)$ representa “ x é advogado” e $H(x)$ representa “ x é homem”, será V se x pertencer a um conjunto de pessoas que torne a implicação V; caso contrário, será F. Para expressar simbolicamente a proposição “Algum advogado é homem”, escreve-se $(\exists x)(A(x) \wedge H(x))$. Nesse caso, considerando que x pertença ao conjunto de todas as pessoas do mundo, essa proposição é V.

Na tabela abaixo, em que A e B simbolizam predicados, estão simbolizadas algumas formas de proposições.

proposição	forma simbólica
todo A é B	$(\forall x)(A(x) \rightarrow B(x))$
nenhum A é B	$\neg (\exists x)(A(x) \wedge B(x))$

A partir das informações dos textos I e II, julgue os itens subseqüentes.

51 A proposição “Nenhum pavão é misterioso” está corretamente simbolizada por $\neg (\exists x)(P(x) \wedge M(x))$, se P(x) representa “ x é um pavão” e M(x) representa “ x é misterioso”.

52 Considerando que $(\forall x)A(x)$ e $(\exists x)A(x)$ são proposições, é correto afirmar que a proposição $(\forall x)A(x) \rightarrow (\exists x)A(x)$ é avaliada como V em qualquer conjunto em que x assuma valores.

- 53** Considere que as proposições “Todo advogado sabe lógica” e “Todo funcionário do fórum é advogado” são premissas de uma argumentação cuja conclusão é “Todo funcionário do fórum sabe lógica”. Então essa argumentação é válida.
- 54** Considere uma argumentação em que duas premissas são da forma
1. Nenhum A é B.
 2. Todo C é A.
- e a conclusão é da forma “Nenhum C é B”. Essa argumentação não pode ser considerada válida.
- 55** A proposição $(\forall x) ((x > 0) \rightarrow (x + 2) \text{ é par})$ é V se x é um número inteiro.

Em cada um dos itens subseqüentes, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 56** Em um lote de 20 processos, há 3 processos cujos pareceres estão errados. Aleatoriamente, um após o outro, 3 processos foram retirados desse lote. Nesse caso, a probabilidade de que os 3 processos retirados não estejam com os pareceres errados é superior a 0,6.
- 57** Uma concessionária oferece aos clientes as seguintes opções para a aquisição de um veículo: 4 cores externas, 4 cores internas, 4 ou 5 marchas, com ou sem ar condicionado, com ou sem direção hidráulica, com ou sem vidros e travas elétricas. Desse modo, são, no máximo, 128 as opções distintas para a escolha de um veículo.
- 58** Os ramais de telefone em uma repartição têm 4 dígitos, formatados com os algarismos 0, 1, ..., 9. Se esses números possuem pelo menos um dígito repetido, então a quantidade de números de ramais que é possível formar é superior a 4.000.
- 59** Um juiz deve sortear 5 homens e 6 mulheres para formar o corpo de jurados no tribunal do júri, entre 10 homens e 13 mulheres convocados. Nessa situação, o número de possibilidades diferentes de se formar o corpo de jurados é inferior a 1.970.
- 60** Uma empresa possui 13 postos de trabalho para técnicos em contabilidade, 10 para técnicos em sistemas operacionais e 12 para técnicos em eletrônica. Alguns técnicos ocupam mais de um posto de trabalho, isto é, 4 são técnicos em contabilidade e em sistemas operacionais, 5 são técnicos em sistemas operacionais e em eletrônica e 3 possuem todas as três especialidades. Nessas condições, se há 22 técnicos nessa empresa, então 7 deles são técnicos em contabilidade e em eletrônica.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca da teoria geral da Constituição, julgue os itens seguintes.

- 61** A regra constitucional que fixa a idade mínima de 18 anos para fins de imputação de pena criminal integra a chamada Constituição material.
- 62** O Supremo Tribunal Federal (STF) aceita a tese da inconstitucionalidade formal superveniente.
- 63** O início do constitucionalismo brasileiro sofreu forte influência do direito europeu acerca do controle concentrado de constitucionalidade.
- 64** Nos termos da literalidade da Constituição Federal, o poder de reforma constitucional proíbe que a Constituição seja emendada para se suprimir direitos sociais.

Acerca da República e da Federação, julgue os seguintes itens.

- 65** Decorre do princípio republicano a regra constitucional de que o mandato do presidente da República será de quatro anos.
- 66** A forma de Estado unitário se contrapõe ao conceito de Estado monárquico.

Com relação à organização do Estado brasileiro, julgue os itens que se seguem.

- 67** Todas as terras devolutas pertencem à União.
- 68** Compete privativamente à União legislar sobre direito do trabalho.
- 69** No âmbito da competência concorrente, a superveniência da lei geral pela União suspende e não revoga a lei estadual já editada, de forma que revogada a lei geral da União, a lei estadual suspensa volta a vigor.

Acerca do Poder Judiciário, das funções essenciais à justiça e do controle de constitucionalidade, julgue os próximos itens.

- 70** No âmbito do recurso extraordinário, a exigência de demonstração da repercussão geral das questões constitucionais, para fins de admissão perante o STF é auto-aplicável.
- 71** Ao Conselho Nacional do Ministério Público compete receber e conhecer as reclamações contra os seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição.
- 72** Conforme entendimento do STF, não cabe reclamação quando já houver transitado em julgado o ato judicial que se alega tenha desrespeitado decisão daquela corte proferida em sede de controle concentrado.
- 73** A impugnação de atos do poder público, como os enunciados das súmulas, pode ser feita por meio de impugnação a descumprimento a preceito fundamental, desde que não seja cabível nenhum outro modo de controle de constitucionalidade.

Com relação à organização sindical, julgue o item abaixo.

- 74** A substituição processual dos sindicatos na defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, conforme entendimento do STF, se aplica apenas ao processo de conhecimento e não ao processo de liquidação e execução.

Com relação aos princípios constitucionais aplicáveis à administração, julgue os seguintes itens.

- 75** Com base no princípio da economicidade, o Tribunal de Contas da União pode rever o mérito do ato ou contrato administrativo, anulando-o ou revogando-o, desde que o faça fundamentadamente.
- 76** Pelo princípio da sindicabilidade, todos os atos administrativos são passíveis de controle pela administração.

Acerca dos contratos, dos consórcios e dos convênios, julgue os itens subseqüentes.

- 77** O contrato administrativo firmado no âmbito das parcerias público-privadas, que tem por finalidade a prestação de serviços de que a administração seja usuária direta ou indireta, ainda que envolva a execução de obra ou fornecimento e instalação de bens, denomina-se de concessão administrativa.
- 78** Os consórcios públicos poderão exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos por eles administrados.
- 79** Os convênios podem ser firmados entre pessoa jurídica de direito público e pessoas físicas.

Julgue os itens seguintes, acerca das licitações.

- 80** A contratação pelo sistema de registro de preços será facultativa para a administração, mas a empresa registrada terá assegurado o direito de preferência, se mantidas as condições da proposta.
- 81** A dispensa de licitação pode se entendida como ato composto, já que, além de ser devidamente justificada, deve ser submetida à autoridade superior para ratificação e publicação, como condição de eficácia do ato, na imprensa oficial.

Acerca da responsabilidade civil, julgue os próximos itens.

- 82** A ação de responsabilidade civil objetiva em face de ato comissivo praticado por empregados de concessionária de serviços públicos não pode ser proposta diretamente contra a concedente.
- 83** Conforme entendimento jurisprudencial, a responsabilidade civil do Estado por ato judicial é subjetiva.

João, servidor público federal e detentor de cargo efetivo, encontrava-se cedido ao estado do Tocantins para fins de exercício em cargo em comissão, quando foi acusado de um ilícito administrativo em face do exercício do cargo em comissão, punível com pena de demissão. Concluindo-se o processo administrativo disciplinar, João foi responsabilizado pelo referido ato ilícito.

Acerca da situação hipotética acima e do regime dos servidores públicos, julgue os itens a seguir.

- 84** Na hipótese, João será automaticamente demitido do cargo efetivo federal, sendo desnecessário um novo processo administrativo disciplinar no âmbito da União.
- 85** Considerando que o estado do Tocantins tem regime próprio de previdência social, as contribuições incidentes sobre o cargo em comissão devem ser vertidas ao referido regime de seguridade social estadual.

Considere que tenha sido ajuizada uma ação de conhecimento pelo rito sumário contra a Loja do Povo e o Bazar Popular, responsáveis solidários pelos danos materiais e morais sofridos por determinado cidadão. Considere, ainda, que a sentença de primeiro grau tenha julgado improcedente o pedido e determinado a extinção do processo, e que, em grau de recurso, o órgão *ad quem*, por maioria, tenha dado provimento ao recurso da parte autora, para reformar a sentença e julgar procedente o pedido de indenização, julgando prejudicado o recurso adesivo interposto pelo Bazar Popular, por meio do qual se requeria a majoração da verba honorária. Acerca dessas considerações, da sentença e dos recursos, julgue os itens subseqüentes.

- 86** Na situação considerada, a sentença proferida pelo juízo *a quo* pode ser corretamente definida como uma sentença terminativa, por ter extinguido o processo e indeferido o pedido do autor, sem discussão do mérito da causa.
- 87** No caso em apreço, qualquer dos apelados-réus poderá interpor embargos infringentes contra a decisão proferida pelo tribunal, pois a existência de solidariedade passiva não retira o interesse recursal daqueles que, em litisconsórcio passivo, foram vencidos no julgamento da causa.
- 88** No sistema brasileiro, a regra geral é a de que os recursos façam operar o efeito suspensivo, isto é, eventual ausência deste efeito nos recursos em espécie decorrerá sempre de expressa previsão legal. No entanto, quando a apelação for recebida apenas no efeito devolutivo, pode o juiz suspender a eficácia da decisão impugnada, a requerimento da parte, se verificar que a execução da sentença configura perigo de dano irreparável e que é relevante o fundamento do recurso.
- 89** A parte ré que interpôs o recurso adesivo, no caso, o Bazar Popular, poderá interpor recurso especial contra a parte da decisão unânime que julgou prejudicado o recurso adesivo, alegando violação ao dispositivo legal inserido no Código de Processo Civil que determina que o recurso adesivo seja um acessório do recurso principal, de modo que somente o não-conhecimento do recurso principal torna prejudicado o recurso adesivo.
- 90** Na situação considerada, é nula de pleno direito a decisão proferida pelo tribunal no julgamento da apelação, por violação ao princípio do duplo grau de jurisdição ou de supressão de instância, haja vista que a matéria objeto do recurso foi decidida em única instância pelo órgão revisor da sentença.
- 91** É cabível agravo retido contra decisão que recebe a apelação e declara em que efeitos recebeu o recurso. Esse agravo será examinado como questão preliminar, por ocasião do julgamento da apelação, independentemente de requerimento de qualquer dos litigantes, pois a competência para proferir juízo de admissibilidade é do tribunal *ad quem*.

A respeito do mandado de segurança, julgue os itens que se seguem.

- 92** A fluência do prazo decadencial para a propositura de mandado de segurança tem início com a ciência, pelo interessado, do ato impugnado. Ultrapassado o lapso temporal de 120 dias entre a ciência do autor e o ajuizamento da ação mandamental, deve-se reconhecer a decadência.
- 93** Não é cabível a interposição de agravo de instrumento contra decisão do juiz de primeira instância que indefere ou concede liminar em mandado de segurança, por falta de previsão do referido recurso na lei de regência do mandado de segurança.
- 94** Autoridade coatora é aquela que pratica ou ordena concreta e especificamente a execução ou inexecução do ato impugnado e responde pelas suas conseqüências administrativas.

Julgue os seguintes itens, acerca das condições da ação.

- 95** Se for reconhecida a falta de uma das condições da ação, o processo será extinto sem julgamento do mérito, por carência de ação, podendo o autor renovar a propositura da ação, desde que a extinção não tenha sido decretada por reconhecimento de litispendência, coisa julgada ou preempção.
- 96** Verifica-se a existência de interesse processual quando a parte tem necessidade de ir a juízo para alcançar a tutela pretendida, tutela jurisdicional esta que pode lhe trazer alguma utilidade do ponto de vista prático.
- 97** Se alguém tem plena capacidade de exercício de direitos, terá capacidade de ser parte, por isso terá legitimidade para qualquer causa. Assim, quando a legitimação para a causa e a capacidade processual não coincidem, a relação processual não tem existência válida, por ausência de um dos requisitos essenciais para o exercício da tutela jurisdicional.

A respeito da competência, julgue os próximos itens.

- 98** Sendo conexas duas ou mais demandas, e tendo elas sido ajuizadas perante juízos de comarcas diversas, considera-se prevento aquele que proferiu o primeiro despacho liminar positivo.
- 99** A determinação da competência é fixada quando da propositura da ação, ocorrendo a estabilização da competência ainda que a ação seja ajuizada perante juízo absolutamente incompetente. Assim, desde que distribuída a ação, mesmo que haja modificação superveniente de fato ou de direito que possa alterar a competência, esta modificação é irrelevante para a ação.
- 100** A fixação da competência de juízo em virtude da matéria objeto da lide é pressuposto processual de validade — portanto, absoluto —, não podendo ser alterada pela convenção das partes; sua violação pode ser reconhecida de ofício pelo juiz, a qualquer tempo e grau de jurisdição.
- 101** O Ministério Público, quando atua como fiscal da lei em razão da incapacidade do réu, tem o dever de atuar no processo e possui legitimidade para argüir a incompetência relativa do juízo se o representante legal do réu deixar, no prazo da resposta, de opor exceção de incompetência.

Em relação a partes, litisconsórcio e intervenção de terceiros no processo civil, julgue os itens seguintes.

- 102** Os civilmente incapazes podem ser partes em processo judicial. No entanto, se absolutamente incapazes, só podem participar da relação processual, como autores ou réus, mediante seu representante legal, que pratica os atos da vida civil em nome deles, substituindo-os. Já os relativamente incapazes manifestam pessoalmente a vontade e são simplesmente acompanhados pelo representante legal.
- 103** Em caso de desistência da ação popular ou na hipótese de inexistência de interesse por parte de outros legitimados no prosseguimento da ação, o Ministério Público poderá requerer a sua integração à lide, como litisconsorte facultativo do autor. E, nessa condição, poderá promover e regular andamento do processo, que, por exigência legal, só será extinto com julgamento do mérito.
- 104** O chamamento ao processo permite ao réu a inclusão, no pólo passivo, de todos os que, juntamente com ele, têm uma obrigação perante o autor da demanda principal — seja como fiador, seja como coobrigado solidário da dívida objeto da demanda —, para obter título executivo contra o devedor principal ou contra outros devedores solidários.
- 105** Se o juiz, ao receber a petição inicial, verificar que se trata de litisconsórcio necessário passivo, determinará ao autor que promova a citação de todos os litisconsortes, no prazo estabelecido, formando-se o litisconsórcio ulterior. A sanção para a parte que não providenciar a citação determinada é a extinção do processo, sem julgamento do mérito, por falta de capacidade processual.

Julgue os itens subseqüentes, acerca da sentença cível e da coisa julgada.

- 106** A sentença proferida na ação popular terá eficácia de coisa julgada oponível *erga omnes*, exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova; nesse caso, qualquer cidadão poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de novas provas.
- 107** São atingidas pela imutabilidade, isto é, fazem coisa julgada material e formal, a parte dispositiva que julgue totalmente a lide e a verdade dos fatos estabelecida como fundamento da sentença ou como motivo determinante para a conclusão do raciocínio do juiz.
- 108** Como regra geral, quando o autor não consegue provar o fato constitutivo de seu direito, deve arcar com as conseqüências da ausência ou insuficiência de provas, que conduz à improcedência do pedido, mediante extinção com julgamento de mérito.

Julgue os próximos itens, acerca das ações coletivas.

- 109** O juiz competente para processar e julgar a ação civil pública é o do foro em que houve o dano. Trata-se de competência absoluta, portanto, inderrogável. Assim, as ações civis públicas movidas em diferentes estados não se atraem para julgamento simultâneo, ainda que sejam conexas em razão da identidade de pedidos, da causa de pedir e ainda que tenham sido ajuizadas em data posterior à de outra ação já em curso.
- 110** Ação coletiva promovida por entidade de classe ou sindicato não induz litispendência em relação à ação individual ajuizada por qualquer de seus afiliados.

- 111** O Ministério Público, ou qualquer outro órgão legitimado, poderá propor ação civil pública na qual figure como, pedido a declaração de inconstitucionalidade de determinada lei, viabilizando, assim, o controle concentrado de constitucionalidade dessa lei pelo juízo de primeiro grau.
- 112** A legitimidade passiva na ação civil pública é ampla, compreendendo pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, ou seja, qualquer pessoa a quem se impute responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, turístico e paisagístico.

Acerca da intervenção do Ministério Público no processo civil, julgue os itens que se seguem.

- 113** A função processual do Ministério Público no processo civil, quer atue como parte principal, quer como substituto processual, é de representante da parte hipossuficiente.
- 114** O Ministério Público poderá recusar-se a integrar a lide na qualidade de parte ou de fiscal da lei, quando os litigantes forem capazes ou, sendo incapazes, não exista colisão de interesses entre estes, ainda que a ação verse sobre direito indisponível.
- 115** O Ministério Público, quando atua como parte, seja ele autor ou réu, tem os mesmos poderes e ônus das partes. Dessa forma, pode confessar, transigir e prestar depoimento pessoal; no entanto, sendo vencido ou vencedor, não responde pelas despesas processuais nem por honorários de advogado.

Acerca da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPE/TO), julgue os itens a seguir.

- 116** De acordo com o princípio da indivisibilidade, os membros do MPE/TO constituem um conjunto indivisível; conseqüentemente, o ato praticado por um de seus membros, no exercício de suas funções, é praticado em nome de toda a instituição.
- 117** A estrutura orgânica do MPE/TO compreende os órgãos de administração superior e órgãos de execução. Os órgãos auxiliares, por serem vinculados ao Poder Executivo estadual, não integram o MPE/TO.
- 118** Nos primeiros dois anos de exercício do cargo, a conduta e o trabalho de membro do MPE/TO são avaliados em estágio probatório. Cumpridos os trâmites legais pertinentes, o membro do MPE/TO pode ser exonerado por ato do procurador-geral de justiça, após decisão desfavorável ao vitaliciamento proferida pelo Conselho Superior.
- 119** As hipóteses de impedimento que regulam a atuação dos órgãos jurisdicionais não vigoram para o promotor de justiça, podendo os membros do MPE/TO servir conjuntamente com juiz ou escrivão com os quais tenham relação de parentesco, como, por exemplo, cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- 120** Se, no curso de investigação, houver indício de prática de infração penal por parte de membro do MPE/TO, a autoridade policial, civil ou militar, pode prosseguir em sigilo com as diligências até a conclusão do procedimento investigatório, quando, então, deve proceder a remessa dos autos ao procurador-geral de justiça.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova — que vale **quinze** pontos —, faça o que se pede, usando o espaço indicado no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
 - Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
 - Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.
-

Considere que tenha sido ajuizada uma ação ordinária e que o autor tenha requerido a concessão dos efeitos da antecipação da tutela. Em face dessas considerações, redija um texto dissertativo que aborde, fundamentadamente, os seguintes aspectos:

- ▶ requisitos ou pressupostos para a concessão dos efeitos da tutela antecipada;
 - ▶ possibilidade de concessão da tutela antecipada na sentença que julga procedente a ação;
 - ▶ recurso cabível contra a decisão que concede ou nega a antecipação da tutela.
-

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

